



Entre Subdesenvolvimento e Patrimonialismo: Interpretações do Brasil em Furtado, Sodré e Faoro

Geverson Ampolini

Doutorando em Ciências Ambientais (Unochapecó). Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó). Pesquisador RCEPRS/SC (Unochapecó). <https://orcid.org/0000-0002-5924-390X> <http://lattes.cnpq.br/4924336709374081>.

Resumo: O estudo analisa interpretações clássicas da formação econômica, social e política do Brasil a partir das contribuições de Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e Raymundo Faoro. O estudo evidencia, em perspectivas distintas, como esses autores explicam a persistência de estruturas históricas de dependência, desigualdade e concentração de poder na trajetória brasileira. Em Furtado, destacam-se o subdesenvolvimento como processo histórico, a inserção periférica no capitalismo internacional, a heterogeneidade estrutural e a centralidade do planejamento estatal e das desigualdades regionais. Em Sodré, sobressai a análise da formação social brasileira a partir das relações entre colonização, escravidão, latifúndio, classes sociais, nacionalismo e desenvolvimento, articulando história, economia, política e cultura. Em Faoro, enfatiza-se a permanência do patrimonialismo e do estamento burocrático como elementos estruturantes do Estado brasileiro, responsáveis pela fusão entre interesses públicos e privados e pelos limites da modernização institucional. Metodologicamente, o trabalho baseia-se em revisão bibliográfica de caráter analítico e interpretativo. Conclui-se que, embora partam de matrizes teóricas distintas, os três autores oferecem chaves explicativas fundamentais para compreender os impasses históricos do desenvolvimento brasileiro, especialmente no que se refere à dependência externa, às desigualdades sociais e regionais, à fragilidade da democratização e à permanência de estruturas de poder excludentes.

Palavras-chave: subdesenvolvimento; patrimonialismo; formação brasileira; desenvolvimento econômico; pensamento social brasileiro.

Abstract: This study analyzes classical interpretations of Brazil's economic, social, and political formation based on the contributions of Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, and Raymundo Faoro. The study highlights, from distinct perspectives, how these authors explain the persistence of historical structures of dependence, inequality, and concentration of power in Brazil's trajectory. In Furtado's work, emphasis is placed on underdevelopment as a historical process, the country's peripheral insertion into international capitalism, structural heterogeneity, and the central role of state planning and regional inequalities. In Sodré's interpretation, the focus lies on the analysis of Brazil's social formation through the relationships between colonization, slavery, latifundia, social classes, nationalism, and development, articulating history, economics, politics, and culture. In Faoro's perspective, attention is given to the persistence of patrimonialism and the bureaucratic estate as structuring elements of the Brazilian state, responsible for the fusion of public and private interests and for the limits of institutional modernization. Methodologically, the study is based on an analytical and interpretative bibliographic review. The article concludes that, although grounded in distinct theoretical frameworks, the three authors provide fundamental explanatory keys for understanding the historical impasses of Brazilian development, particularly regarding external dependence, social and regional inequalities, the fragility of democratization, and the persistence of exclusionary power structures.

Keywords: Underdevelopment; patrimonialism; Brazilian formation; economic development; Brazilian social thought.

INTRODUÇÃO

A interpretação da formação econômica, social e política do Brasil constitui tema central nas ciências sociais brasileiras, mobilizando diferentes tradições teóricas ao longo do século XX. Diversas correntes de pensamento buscaram explicar os processos históricos que moldaram a estrutura econômica, social e institucional do país, bem como os fatores responsáveis pela persistência de desigualdades regionais, dependência externa e limitações institucionais ao desenvolvimento. Nesse contexto, consolidou-se um conjunto de interpretações que articulam economia, história, política e cultura para compreender os desafios estruturais da sociedade brasileira.

Entre essas abordagens, destacam-se interpretações que analisam o subdesenvolvimento como fenômeno histórico relacionado à inserção periférica do país na economia internacional, às heterogeneidades estruturais da economia nacional e às desigualdades regionais que caracterizam a formação do território brasileiro. Paralelamente, outras perspectivas enfatizam a importância da estrutura social herdada do período colonial, marcada pela escravidão, pela concentração fundiária e pelas relações de dependência econômica e política que condicionaram a formação das classes sociais e o desenvolvimento do capitalismo no país. Há ainda interpretações que atribuem centralidade às instituições políticas e às formas históricas de organização do Estado, destacando a persistência de estruturas patrimonialistas e a fusão recorrente entre interesses públicos e privados na condução da vida política nacional.

A partir dessas diferentes perspectivas analíticas, torna-se possível compreender o desenvolvimento brasileiro como processo histórico marcado por contradições estruturais, no qual crescimento econômico, modernização institucional e transformação social não ocorreram de maneira linear ou homogênea. A coexistência de estruturas produtivas desiguais, a persistência de assimetrias regionais e a concentração de poder político e econômico constituem elementos recorrentes na interpretação da trajetória histórica do país.

Nesse contexto, o presente estudo analisa diferentes interpretações sobre a formação econômica, social e política do Brasil, destacando seus principais argumentos e contribuições para a compreensão dos desafios históricos do desenvolvimento nacional. Por meio de revisão bibliográfica de caráter analítico e interpretativo, busca-se examinar como essas abordagens explicam a persistência de desigualdades estruturais e os limites históricos da modernização econômica e institucional no país.

INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO E DA FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Celso Furtado e a Economia do Subdesenvolvimento Brasileiro

O pensamento de Celso Furtado ocupa lugar central na interpretação da formação econômica brasileira e do problema do subdesenvolvimento na América Latina. A partir de uma abordagem histórica e estrutural, suas análises destacam a inserção periférica do Brasil na economia internacional, as desigualdades sociais e regionais e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, articulando economia, política e sociedade na compreensão dos obstáculos ao crescimento econômico.

Celso Furtado nasceu em 1920, em Pombal, no interior da Paraíba, região marcada por secas recorrentes, desigualdades sociais e instabilidade econômica, contexto que influenciou sua sensibilidade para os problemas regionais do Brasil. Formou-se em Direito na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, enquanto atuava como jornalista e servidor público, aproximando-se das ciências sociais e da economia política (Silveira, 2024).

Após participar da Segunda Guerra Mundial na Força Expedicionária Brasileira, concluiu em 1948 o doutorado em Economia na Universidade de Paris (Sorbonne). Em 1949 ingressou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, onde participou da formulação das interpretações estruturais sobre o subdesenvolvimento latino-americano e consolidou-se como um dos principais teóricos do desenvolvimentismo (Silveira, 2024).

A formação intelectual de Furtado foi marcada por diferentes correntes de pensamento. O positivismo reforçou sua confiança na razão e no conhecimento científico, enquanto o marxismo contribuiu para a compreensão das estruturas sociais como fenômenos históricos passíveis de transformação. Também tiveram influência a sociologia e a antropologia cultural, especialmente a obra *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, que ampliou suas ferramentas de análise da sociedade brasileira (Furtado, 2013).

Antes de dedicar-se plenamente à economia, demonstrou interesse por história, considerada sua primeira paixão intelectual, pela literatura, que influenciou seu estilo de escrita, e pelos estudos de organização administrativa e planejamento, área em que publicou seus primeiros trabalhos. Essas influências contribuíram para a formação de uma abordagem histórica e social da economia, característica central de sua obra (Furtado, 2013).

A partir do final da década de 1950, Furtado teve papel central na formulação de políticas de desenvolvimento regional no Brasil. Em 1959 tornou-se o primeiro superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, posteriormente, ministro do Planejamento no governo João Goulart, quando elaborou o Plano Trienal. Após o golpe de 1964 foi cassado e exilado, atuando como professor em universidades estrangeiras. Com a anistia retornou ao Brasil, mantendo forte influência no debate sobre desenvolvimento econômico, cultura e políticas públicas (Silveira, 2024).

Sua trajetória intelectual desenvolveu-se no contexto do estruturalismo latino-americano, corrente que buscou compreender os obstáculos históricos ao

desenvolvimento das economias periféricas. Nesse ambiente teórico, Furtado passou a interpretar o subdesenvolvimento não como uma etapa transitória do progresso econômico, mas como resultado de processos históricos específicos relacionados à inserção desigual das economias latino-americanas no sistema capitalista internacional. Essa perspectiva tornou-se um dos fundamentos centrais de sua interpretação da economia brasileira e orientou suas reflexões sobre industrialização, planejamento estatal e transformação estrutural (Furtado, 2013).

A interpretação de Celso Furtado sobre a economia brasileira insere-se no campo do estruturalismo latino-americano, destacando a relação entre subdesenvolvimento, dependência externa e desigualdades históricas. A partir dessa perspectiva, o autor analisa a formação econômica do país como resultado de sua inserção periférica no capitalismo internacional, enfatizando a importância do planejamento estatal, da industrialização e das reformas estruturais para a construção de um desenvolvimento nacional autônomo (Vieira, 2019).

Em sua análise, o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa inicial do desenvolvimento capitalista, mas a uma estrutura histórica específica resultante da difusão desigual do progresso técnico no sistema econômico internacional. Nas economias periféricas, a modernização ocorre de forma seletiva, produzindo a coexistência entre setores modernos e amplas áreas de baixa produtividade (Furtado, 1995; Lins; Marin, 2016).

Esse processo gera uma estrutura econômica heterogênea, caracterizada pela coexistência entre setores modernos de alta produtividade e amplos segmentos de baixa produtividade, associada à concentração de renda e à persistência de desigualdades sociais. Dessa forma, o crescimento econômico e a introdução de tecnologias modernas não conduzem necessariamente à melhoria generalizada das condições de vida, pois os ganhos de produtividade tendem a beneficiar apenas segmentos restritos da sociedade (Furtado, 1995; Lins; Marin, 2016).

Furtado argumenta que a teoria econômica clássica não teria tratado o desenvolvimento como problema central, pois nas economias industrializadas o crescimento era frequentemente interpretado como resultado natural das forças de mercado. Entretanto, o desenvolvimento deveria ser analisado a partir de uma perspectiva histórica e institucional, e economias desenvolvidas tendem a crescer principalmente por meio da inovação tecnológica, enquanto economias atrasadas avançam sobretudo pela assimilação de técnicas já existentes e pela acumulação de capital (Furtado, 1952).

Ainda assim, a predominância da produção de subsistência limita a formação de poupança e investimento, restringindo a capacidade de expansão econômica. Nesse processo, o comércio exterior pode desempenhar papel relevante ao gerar excedentes capazes de estimular a dinâmica produtiva interna (Furtado, 1952).

A dinâmica do subdesenvolvimento também se relaciona à inserção subordinada das economias periféricas na divisão internacional do trabalho. Essa condição envolve não apenas dependência econômica, mas também dependência cultural e tecnológica, estruturada na relação centro-periferia. Nessa perspectiva,

processos de modernização frequentemente se sobrepõem à acumulação produtiva, gerando desigualdades sociais e fragilidade econômica. Por essa razão, a superação do subdesenvolvimento exige transformações estruturais profundas, incluindo mudanças institucionais, fortalecimento do mercado interno e atuação ativa do Estado na orientação do desenvolvimento econômico (Furtado, 1964; Furtado, 1989; Vieira, 2019).

A interpretação histórica da economia brasileira ocupa posição central na obra de Celso Furtado, especialmente em *Formação Econômica do Brasil*. Nessa análise, os processos econômicos são compreendidos em estreita relação com fatores sociais, culturais e políticos, o que permite explicar o subdesenvolvimento como resultado de uma trajetória histórica marcada pela herança colonial e pela inserção subordinada na economia internacional (Furtado, 2005; Vieira, 2019).

Durante o período colonial, a organização da economia esteve baseada na produção de gêneros primários voltados à exportação, estruturada em torno de grandes propriedades e do uso intensivo de mão de obra. Esse modelo produtivo contribuiu para a formação de uma economia dependente do mercado externo e caracterizada por forte concentração de renda. Ao mesmo tempo, a existência de atividades de subsistência desempenhou papel relevante na estabilidade econômica em períodos de retração das exportações, permitindo a manutenção de parte da estrutura produtiva mesmo em momentos de crise (Manzatto, 2020).

A partir do final do século XIX e início do século XX, a expansão da economia cafeeira contribuiu para mudanças importantes na estrutura econômica brasileira. O crescimento das exportações, associado à valorização do café e à desvalorização cambial, estimulou a formação de um mercado interno mais dinâmico e favoreceu o surgimento de atividades industriais voltadas à substituição de importações. Ao mesmo tempo, políticas como a compra de estoques de café após a crise de 1929 contribuíram para sustentar a demanda interna e estimular novos investimentos produtivos (Manzatto, 2020).

Apesar dessas transformações, a industrialização brasileira também enfrentou limites estruturais importantes. Esse processo ocorreu de forma relativamente tardia e esteve fortemente marcado pela dependência tecnológica e financeira em relação às economias centrais. Além disso, a formação de um mercado interno amplo permaneceu incompleta, enquanto estruturas sociais profundamente desiguais continuaram presentes. Esses fatores contribuíram para a permanência de fortes heterogeneidades produtivas e regionais no país. Nesse contexto, a economia brasileira manteve traços característicos de uma estrutura periférica, na qual setores mais modernos convivem com extensas áreas de baixa produtividade (Furtado, 2005; Szmrecsányi, 2002).

A industrialização trouxe mudanças importantes para a economia brasileira, como a diversificação das atividades produtivas e uma autonomia relativa maior em relação ao mercado externo. No entanto, essas transformações não foram suficientes para eliminar os desequilíbrios estruturais historicamente presentes no país. Em muitos casos, inclusive, acabaram reforçando disparidades sociais e regionais já existentes. Isso indica que o desenvolvimento econômico brasileiro

exigiria transformações estruturais mais profundas, capazes de articular a expansão produtiva com a integração do mercado interno e a redução das desigualdades sociais (Furtado, 1950; Szmrecsányi, 2002).

A análise da industrialização brasileira ocupa um lugar central nas reflexões de Celso Furtado sobre o desenvolvimento econômico. Para ele, a estratégia de industrialização baseada na substituição de importações representou um passo relevante para reduzir a dependência externa e ampliar a capacidade produtiva nacional. Esse processo esteve associado tanto à expansão do mercado interno quanto ao aumento da intervenção do Estado na economia, fatores que contribuíram para dinamizar diferentes setores industriais e promover certa diversificação da estrutura produtiva (Furtado, 1957; Vieira, 2019).

Entretanto, nas economias subdesenvolvidas, a industrialização tende a ocorrer de forma parcial e desigual. Em contextos periféricos, a substituição de importações frequentemente resulta em sistemas produtivos fragmentados e ainda dependentes, com capacidade limitada de gerar progresso técnico de maneira autônoma. Como consequência, observa-se a convivência entre setores industriais relativamente modernos e amplos segmentos da economia marcados por baixa produtividade e fraca integração ao mercado nacional. Essa heterogeneidade estrutural constitui, assim, um dos principais obstáculos à consolidação de um processo de desenvolvimento mais equilibrado (Furtado, 1957; Furtado, 1989).

O fortalecimento do mercado interno desempenha um papel fundamental na sustentação do crescimento econômico. Ao longo do século XX, a ampliação do consumo interno — associada ao investimento estatal e às políticas de proteção a setores considerados estratégicos — contribuiu para impulsionar a industrialização e ampliar a capacidade produtiva do país. Ainda assim, a permanência de profundas desigualdades sociais e regionais dificultou a formação de um mercado interno plenamente integrado, o que acabou limitando os efeitos multiplicadores do crescimento econômico (Furtado, 1989; Vieira, 2019).

A industrialização brasileira também evidenciou desafios relevantes no campo do planejamento econômico. O crescimento acelerado de determinados setores industriais gerou desequilíbrios tanto regionais quanto setoriais, exigindo maior coordenação por parte do Estado para orientar investimentos e favorecer uma integração econômica mais equilibrada. Nesse sentido, Furtado defendia que o planejamento econômico deveria assumir um papel estratégico, sobretudo na definição das prioridades de investimento, na expansão da infraestrutura e na articulação entre os setores exportador e industrial (Saes, 2006).

Além disso, Furtado ressaltava que o desenvolvimento econômico não poderia ser entendido apenas como crescimento da produção. Nesse sentido, desenvolvimento deveria incorporar também um sentido civilizatório, voltado à melhoria das condições de vida da população e à redução das desigualdades sociais com políticas públicas direcionadas à ampliação do acesso à renda, à educação e aos serviços básicos (Furtado, 2005; Lins; Marin, 2016).

As reflexões de Celso Furtado também chamam atenção para o papel das desigualdades regionais na compreensão do subdesenvolvimento brasileiro. Entre essas disparidades, o Nordeste ocupa posição central em suas análises, sendo interpretado como resultado histórico de um processo de desenvolvimento desigual no território nacional. Assim sendo, as dificuldades econômicas da região não poderiam ser explicadas somente por fatores naturais, como a ocorrência de secas periódicas, mas estavam profundamente ligadas a estruturas sociais e econômicas formadas ao longo da história (Diniz, 2009).

A seca nordestina foi interpretada, sobretudo, como um problema sociopolítico, resultado de políticas inadequadas e da atuação de elites regionais que se beneficiavam da manutenção de estruturas econômicas concentradoras de renda. A chamada “indústria da seca” expressaria esse fenômeno, no qual recursos públicos destinados ao enfrentamento da estiagem eram frequentemente apropriados por grupos locais, perpetuando condições de pobreza e dependência econômica (Tavares; Andrade; Pereira, 1998).

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste representou uma tentativa de enfrentar essas desigualdades por meio de uma estratégia de planejamento regional. Sob a liderança de Furtado, a instituição buscou promover políticas voltadas à industrialização regional, à modernização da agricultura e à ampliação da infraestrutura econômica. O objetivo central era integrar o Nordeste ao dinamismo econômico nacional e reduzir as disparidades históricas entre a região e o Centro-Sul do país (Saes, 2006).

Além disso, Furtado defendia a necessidade de reformas estruturais capazes de transformar as bases econômicas e sociais da região. Entre essas medidas destacavam-se a reforma agrária, o fortalecimento da produtividade agrícola e a implementação de políticas de irrigação associadas a mecanismos de controle social. Essas iniciativas buscavam romper com padrões históricos de concentração fundiária e ampliar as oportunidades econômicas da população rural (Tavares; Andrade; Pereira, 1998; Diniz, 2009).

A análise das desigualdades regionais também reforça a importância do planejamento econômico como instrumento de coordenação do desenvolvimento nacional. Para Furtado, a superação do subdesenvolvimento brasileiro dependia da articulação entre políticas nacionais de industrialização e estratégias regionais capazes de enfrentar as assimetrias territoriais. Nesse sentido, o planejamento estatal deveria orientar investimentos produtivos, ampliar a infraestrutura econômica e promover maior integração entre as diferentes regiões do país (Saes, 2006; Vieira, 2019).

Nas fases posteriores de sua obra, Celso Furtado ampliou suas reflexões sobre o desenvolvimento ao considerar as transformações do capitalismo global e seus impactos sobre as economias nacionais. Nesse contexto, destacou que a expansão internacional dos mercados e das finanças modificou o equilíbrio que anteriormente estruturava as relações entre empresas, trabalhadores e Estados. A crescente internacionalização das atividades produtivas e financeiras permitiu que grandes corporações passassem a operar em escala transnacional, reduzindo

sua sujeição às regulações estabelecidas pelos governos nacionais e limitando a capacidade dos Estados de orientar o desenvolvimento econômico e garantir mecanismos de proteção social (Furtado, 1992; Furtado, 2022).

Esse processo contribui para intensificar desigualdades econômicas e sociais em escala global. A organização da produção em redes internacionais, associada à busca por mão de obra de baixo custo em países periféricos, tende a reduzir a participação relativa dos trabalhadores na renda e ampliar a concentração de riqueza. Dessa forma, a globalização econômica pode reforçar assimetrias já existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que enfraquece a capacidade de formulação de políticas econômicas autônomas nos Estados nacionais (Furtado, 1992; Furtado, 2022).

Ao discutir os limites do desenvolvimento econômico no capitalismo contemporâneo, Furtado também destacou o papel das grandes corporações e os obstáculos à universalização do padrão de consumo das economias centrais. Em *O mito do desenvolvimento econômico*, argumenta que a difusão global desse padrão seria inviável, tanto por razões econômicas quanto pelos limites impostos pela disponibilidade de recursos naturais. Nessa perspectiva, o modelo de crescimento predominante nas economias industrializadas apresenta características estruturalmente excludentes e ambientalmente insustentáveis (Furtado, 1974).

Essas reflexões também dialogam com críticas ao desenvolvimento excludente, caracterizado pela concentração dos benefícios econômicos em grupos sociais restritos e pela limitada inclusão da população nos ganhos do crescimento. Mesmo em contextos de expansão econômica, a persistência de desigualdades sociais e regionais revela que o crescimento não garante automaticamente melhoria das condições de vida da população, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à inovação tecnológica, à redução das desigualdades e à transformação das estruturas produtivas (Furtado, 2004; Fonseca, 2021).

Por essa razão, o pensamento de Celso Furtado permanece relevante para a compreensão dos desafios contemporâneos do desenvolvimento. Suas análises contribuíram para consolidar o subdesenvolvimento como categoria histórica e estrutural, associada à expansão desigual do capitalismo e à divisão internacional do trabalho. Ao articular economia, política e cultura, sua obra destaca a necessidade de planejamento estatal, fortalecimento do mercado interno e mobilização social como caminhos para enfrentar as desigualdades e construir um projeto nacional de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (Shishito, 2015; Poffo; Hartmann; Marin, 2023; Fonseca, 2021).

A interpretação de Furtado evidencia que o desenvolvimento econômico não pode ser compreendido apenas como crescimento produtivo, mas como processo de transformação estrutural capaz de reduzir desigualdades e ampliar o bem-estar social. Nesse sentido, suas reflexões continuam relevantes para analisar os desafios contemporâneos do desenvolvimento brasileiro, especialmente diante da persistência de assimetrias regionais, dependência externa e limitações estruturais do sistema econômico.

Nelson Werneck Sodré e a Formação Social do Capitalismo no Brasil

A obra de Nelson Werneck Sodré constitui uma das interpretações mais sistemáticas sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil no século XX. A partir de uma perspectiva crítica e nacionalista, sua produção buscou compreender as estruturas sociais herdadas do período colonial, as contradições do desenvolvimento capitalista e o papel das classes sociais na transformação histórica do país.

Nelson Werneck Sodré destacou-se como um dos principais intelectuais de esquerda no Brasil ao longo do século XX, articulando produção historiográfica, intervenção política e reflexão crítica sobre a formação social brasileira. Sua atuação intelectual desenvolveu-se em um contexto marcado por intensos conflitos ideológicos, especialmente no período que antecedeu e sucedeu o golpe civil-militar de 1964 (Cardoso, 2013).

Sua obra tornou-se alvo frequente de vigilância e repressão por parte do Departamento de Ordem Política e Social, além de ser objeto de Inquéritos Policiais Militares. A defesa de uma interpretação marxista da história brasileira levou à censura de diversas publicações e à perseguição de seu círculo intelectual e político, que incluiu familiares, amigos e colaboradores submetidos a prisão, tortura e exílio (Cardoso, 2013).

Apesar dessas pressões, Sodré manteve intensa produção intelectual, composta por dezenas de livros e numerosos artigos dedicados à análise histórica, política e cultural do Brasil. Obras como “História Militar do Brasil” e “Formação Histórica do Brasil” tornaram-se referências importantes para a interpretação crítica da trajetória nacional, articulando análise histórica, reflexão política e compromisso com a transformação social (Cardoso, 2013).

Sua produção esteve amplamente vinculada a espaços institucionais de debate e formulação de projetos nacionais, especialmente o Instituto Superior de Estudos Brasileiros e o Centro Brasil Democrático. Nessas instituições, a historiografia foi concebida não apenas como campo de investigação acadêmica, mas também como instrumento de resistência ao autoritarismo e de formulação de alternativas políticas voltadas ao desenvolvimento nacional (Cardoso, 2013).

Entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, sua trajetória intelectual foi marcada pela convergência entre marxismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. Esse período corresponde a uma fase particularmente produtiva de sua obra, na qual buscou adaptar categorias do materialismo histórico às especificidades da realidade brasileira. Obras como “Introdução à Revolução Brasileira” (1958), “Formação Histórica do Brasil” (1962) e “História da Burguesia Brasileira” (1964) evidenciam esse esforço interpretativo, destacando o nacionalismo econômico e a industrialização como caminhos para a superação da dependência externa e para a construção de um projeto de emancipação nacional (Conte, 2010).

A relação de Sodré com o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* e com o *Partido Comunista Brasileiro* exerceu influência decisiva na formulação de sua interpretação sobre a formação histórica do Brasil. Embora mantivesse diálogo com o marxismo ortodoxo presente no interior do partido, sua reflexão procurou articular essa tradição teórica às particularidades históricas brasileiras. A análise buscou conciliar a crítica ao imperialismo com a defesa de um projeto de desenvolvimento nacional baseado na industrialização, na soberania econômica e na ampliação da participação popular na vida política (Conte, 2010).

No centro dessa interpretação encontra-se a análise da formação socioeconômica brasileira. Partindo de uma perspectiva fundamentada no materialismo dialético, Sodré dedicou atenção ao processo de constituição das classes sociais, especialmente da burguesia, e às relações estabelecidas entre essa classe emergente, o latifúndio e o capital internacional. Em contraste com interpretações que aplicavam diretamente modelos europeus de desenvolvimento histórico, argumentou que a realidade brasileira deveria ser compreendida a partir de suas especificidades estruturais, derivadas da colonização, da escravidão e da inserção dependente no sistema capitalista mundial (Ducatti, 2007).

Sodré empregou a metáfora do “feudalismo” para caracterizar determinados aspectos da estrutura agrária brasileira, sobretudo o latifúndio, entendido como obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e à modernização econômica. Ao mesmo tempo, diferenciou o escravismo moderno brasileiro do escravismo clássico da Antiguidade, ressaltando que a escravidão colonial estava articulada ao capitalismo mercantil e à dinâmica do comércio internacional. A formulação da tese dos chamados “restos feudais” gerou intenso debate historiográfico sobre a natureza da formação social brasileira, envolvendo controvérsias inclusive com autores como Caio Prado Jr. e ampliando a discussão sobre os caminhos históricos do desenvolvimento nacional (Ducatti, 2007).

Durante sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Sodré desenvolveu reflexão teórica centrada em categorias como povo, nação e nacionalismo, articuladas à interpretação histórica do desenvolvimento brasileiro. Nesse contexto, a ideia de revolução foi concebida como processo dirigido simultaneamente contra o imperialismo e contra estruturas sociais consideradas arcaicas. A formação histórica do país passou a ser interpretada na perspectiva de uma revolução democrático-burguesa, entendida como etapa necessária à consolidação de um projeto nacional autônomo. Ao mesmo tempo, rejeitou interpretações históricas lineares ou deterministas, enfatizando o caráter contraditório e desigual do processo histórico brasileiro (Oliveira, 2021).

Foram introduzidos conceitos destinados a explicar as particularidades da formação social do país. Entre eles destaca-se a noção de “regressão feudal”, utilizada para indicar a permanência ou reativação de formas sociais consideradas anteriores ao capitalismo pleno. Também aparece a ideia de “não contemporaneidade do contemporâneo”, que descreve a coexistência de diferentes temporalidades sociais em um mesmo período histórico. Essa formulação buscava explicar a presença simultânea de relações sociais distintas, como escravidão, latifúndio e formas

capitalistas de produção, evidenciando as contradições estruturais da sociedade brasileira (Oliveira, 2021).

Após o golpe de 1964, a obra de Sodré passou a ser alvo de críticas provenientes tanto de setores liberais quanto de correntes da própria esquerda. Parte dessas críticas classificou sua interpretação como excessivamente ortodoxa ou marcada por esquemas rígidos derivados do marxismo. Apesar dessas controvérsias, suas reflexões mantiveram relevância no debate historiográfico brasileiro ao enfatizar o papel das lutas de classe na dinâmica histórica. Nesse contexto, atribuiu à burguesia nacional um papel ambivalente no processo histórico, capaz de impulsionar transformações econômicas e políticas, mas frequentemente associado à preservação de estruturas sociais herdadas do passado (Oliveira, 2021).

A relação entre história, economia e cultura ocupa lugar relevante na obra de Nelson Werneck Sodré, especialmente em “História da Literatura Brasileira” (1938). Nessa obra, buscou estabelecer uma interpretação da produção literária brasileira a partir de seus condicionamentos históricos e sociais, articulando literatura, estrutura econômica e formação cultural do país. O subtítulo original, Seus Fundamentos Materialistas, foi posteriormente alterado para Seus Fundamentos Econômicos em razão do contexto de repressão política, modificação criticada por sugerir uma leitura excessivamente economicista de sua proposta analítica (Rodrigues, 2010).

Influenciado pelo ambiente intelectual da década de 1930 e pelo diálogo com autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Sodré procurou situar a literatura brasileira no interior do processo histórico nacional. A partir de uma abordagem materialista, destacou o papel das condições sociais e econômicas na formação da produção literária, sustentando que a cultura não pode ser compreendida de forma isolada das estruturas sociais que a produzem (Rodrigues, 2010).

Nas edições posteriores da obra, especialmente nas publicadas nas décadas de 1940 e 1960, Sodré ampliou sua interpretação ao incorporar referências do marxismo europeu, como as reflexões de *Georg Lukács*. Nesse processo, aprofundou a análise das relações entre literatura, sociedade e história, defendendo que a produção literária deve ser compreendida como expressão das contradições sociais presentes em cada período histórico (Rodrigues, 2010).

Também formulou críticas a determinados movimentos literários brasileiros. Correntes como o Arcadismo e o Romantismo foram interpretadas como expressões culturais com conexão limitada às condições sociais concretas do país. Em contraste, sustentou que a literatura brasileira alcançou maior autenticidade a partir da década de 1930, quando escritores passaram a incorporar de modo mais consistente os conflitos sociais e as transformações históricas da sociedade brasileira (Rodrigues, 2010).

Essa interpretação envolve igualmente uma crítica à adoção acrítica de modelos culturais estrangeiros e às abordagens formalistas da análise literária. Para Sodré, a construção de uma cultura nacional deveria associar-se à valorização das

experiências sociais brasileiras e ao reconhecimento das contradições históricas que moldaram o país. Defendia, assim, a formação de uma cultura nacional e popular capaz de expressar as realidades sociais do Brasil (Rodrigues, 2010).

Embora reconhecesse a importância crítica do Modernismo de 1922 para a renovação cultural brasileira, apontou limites nesse movimento, especialmente quanto à incorporação mais profunda das questões sociais e populares. A análise literária aparece, desse modo, articulada a um compromisso político e nacionalista, no qual a literatura é concebida como parte integrante do desenvolvimento histórico e social do país (Rodrigues, 2010).

Outra dimensão relevante encontra-se em “História Militar do Brasil”, obra na qual apresenta uma interpretação abrangente da evolução das forças armadas e de sua relação com os diferentes períodos da história nacional. A análise organiza-se em três grandes fases: colonial, imperial e nacional. Na fase colonial, destaca o papel da militarização na ocupação territorial e na proteção das atividades econômicas, especialmente da produção açucareira. A defesa do território estruturou-se para enfrentar conflitos com populações indígenas e ameaças externas, como corsários e potências europeias. O sistema militar colonial caracterizava-se inicialmente pela precariedade institucional e pela dependência da mobilização dos colonos e dos recursos enviados pela Coroa portuguesa (Sodré, 2010).

Na fase imperial, a análise concentra-se em um período marcado pela persistência da estrutura escravocrata e pela manutenção de relações sociais arcaicas. Nesse contexto, destacam-se a formação de milícias locais, como a Guarda Nacional, e os desafios enfrentados pelas forças armadas diante de conflitos internos e externos. Também emergem movimentos militares de caráter reformista, como o Tenentismo e a Coluna Prestes, que expressavam demandas por mudanças políticas e sociais em oposição às elites conservadoras (Sodré, 2010).

Na fase nacional analisada em “História Militar do Brasil”, Sodré examina o papel das forças armadas na Revolução de 1930 e na formação do Estado moderno brasileiro. Algumas ações militares são interpretadas como portadoras de conteúdo democrático e nacionalista, como na campanha “O Petróleo é Nosso”, associada à defesa da soberania sobre os recursos naturais. Também critica o uso das forças armadas em momentos de repressão política, particularmente durante o regime instaurado em 1964. Nesse quadro, a instituição militar expressaria as contradições da sociedade brasileira, podendo atuar tanto como força reformista quanto como instrumento de manutenção das estruturas de poder (Sodré, 2010).

Em “Introdução à Revolução Brasileira”, Sodré analisa as transformações estruturais do país a partir de dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. A formação das classes sociais é relacionada ao processo de colonização portuguesa, ao trabalho escravo e à concentração fundiária, fatores que contribuíram para a consolidação de uma elite agrária dominante. A inserção do Brasil no capitalismo internacional durante o período colonial é interpretada no contexto da Revolução Comercial e da expansão do capital mercantil, elementos que condicionaram o desenvolvimento econômico da colônia (Sodré, 1978).

A análise também aborda transformações econômicas posteriores, como a mineração no século XVIII, interpretada como fator de mudanças sociais relevantes, ainda marcada pelo caráter predatório da exploração colonial. Examina ainda a transição para a economia cafeeira e os primeiros processos de industrialização no século XIX, situando esses processos no contexto mais amplo da Revolução Industrial. No plano cultural, destaca a influência da ideologia colonial europeia na formação da sociedade brasileira, especialmente por meio da catequese e da educação religiosa, que exerceram funções de controle social, embora os encontros étnicos e sociais também tenham contribuído para a formação cultural do país (Sodré, 1978).

O campo político, Sodré sustenta que processos como a independência e a abolição da escravidão não produziram transformações estruturais profundas. A superação das desigualdades históricas dependeria, portanto, de reformas estruturais e do fortalecimento das classes populares no cenário político. Desenvolve, assim, uma interpretação materialista da formação social brasileira, destacando a coexistência e a interação entre diferentes formas históricas de organização econômica e social, como comunidades tradicionais, escravismo, estruturas agrárias de caráter semifeudal e relações capitalistas ao longo do processo histórico nacional (Sodré, 1963).

Em conjunto, essas análises articulam história, economia, política e cultura para explicar a formação social brasileira e seus impasses estruturais. Ao enfatizar as relações entre dependência externa, estrutura agrária e desenvolvimento nacional, sua obra contribuiu para consolidar uma interpretação crítica da história do Brasil, associada à defesa da soberania, da industrialização e da transformação social.

Raymundo Faoro e o Patrimonialismo

A interpretação de Raymundo Faoro sobre a formação política brasileira destaca a persistência de estruturas de poder que dificultam a consolidação de instituições plenamente modernas. Sua análise enfatiza o papel do patrimonialismo na configuração histórica do Estado brasileiro. Inspirado na sociologia de Max Weber, Faoro interpreta o patrimonialismo como a apropriação do aparato estatal por grupos dominantes, fenômeno que contribui para a recorrente confusão entre interesses públicos e privados na trajetória política do país (Faoro, 2001).

Essa dinâmica institucional explicaria limitações recorrentes da organização política brasileira e as dificuldades de consolidação de uma ordem democrática plenamente liberal. O Estado aparece, assim, como estrutura relativamente autônoma em relação à sociedade, capaz de moldar relações políticas e econômicas ao longo do tempo (Faoro, 2001).

Faoro também questiona a visão do Estado como principal motor do desenvolvimento nacional. Sustenta que a permanência da dominação patrimonialista constitui obstáculo relevante à consolidação de instituições modernas e democráticas. Evidenciam-se, nesse contexto, tensões entre liberalismo político e liberalismo econômico, cuja convivência com práticas patrimoniais produz um

padrão institucional ambíguo. Essa interpretação aproxima-se de um liberalismo republicano crítico e aponta limites estruturais à modernização política brasileira, evidenciando as dificuldades de consolidação de uma ordem institucional baseada na distinção entre esfera pública e interesses privados (Brito, 2018).

A abordagem adota ainda uma perspectiva estrutural da história, voltada à identificação de causas duradouras dos fenômenos políticos e institucionais. Em contraste com interpretações marxistas predominantes em parte da historiografia brasileira, enfatiza o papel relativamente autônomo do Estado na formação da sociedade. Argumenta que, diferentemente de outras sociedades capitalistas, o Estado brasileiro manteve relativa independência em relação à sociedade civil, condicionando os processos de modernização. Nesse sentido, as transformações institucionais ocorridas no país são frequentemente interpretadas como modernizações autoritárias e elitistas, incapazes de ampliar de forma substantiva a cidadania ou consolidar plenamente o liberalismo econômico, contribuindo para a persistência de estruturas patrimoniais na política brasileira (Comparato, 2003).

Em “Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro”, Faoro apresenta uma interpretação central sobre as raízes históricas do poder político no país. O patrimonialismo é definido como a fusão entre as esferas pública e privada, na qual o Estado passa a ser administrado como propriedade de um grupo dominante. Nesse sistema, o chamado patronato político organiza-se por meio de relações pessoais de dependência, enquanto a burocracia estatal atua como mediadora de interesses econômicos e sociais, contribuindo para a manutenção da centralização do poder e para a reprodução de desigualdades históricas (Faoro, 2001).

Faoro remonta a origem do patrimonialismo brasileiro à formação do Estado português, interpretado como sistema político no qual o poder régio se consolidou por meio da centralização da autoridade política e econômica. Nesse processo, o monarca tornou-se principal detentor de terras e concentrou funções administrativas e jurídicas, apoiado em tradições do direito romano e visigótico que reforçaram a centralização estatal e a subordinação das elites ao poder régio (Faoro, 2001).

Nessa interpretação, Portugal não teria experimentado um feudalismo pleno semelhante ao de outras regiões da Europa medieval. Desde cedo, o poder político organizou-se em torno da autoridade régia e de uma burocracia dependente da Coroa, configurando um padrão patrimonialista de organização estatal. A Revolução de Avis (1383–1385) representou momento decisivo desse processo ao estabelecer uma aliança entre a burguesia emergente e o poder régio. Essa articulação enfraqueceu estruturas feudais e fortaleceu a administração estatal, antecipando características de um modelo centralizador associado à expansão comercial portuguesa (Faoro, 2001).

A colonização do Brasil constituiu adaptação desse sistema patrimonial às condições do mundo ultramarino. Integrada ao circuito comercial europeu, a colônia organizou-se inicialmente por meio de feitorias e entrepostos comerciais, funcionando como extensão econômica e política do Estado português. A distribuição de terras por sesmarias e a criação do governo-geral reforçaram a centralização

administrativa, embora enfrentassem resistências locais e dificuldades decorrentes da grande extensão territorial (Faoro, 2001).

Municípios e lideranças locais também desempenharam papel relevante na ocupação territorial, produzindo tensões entre as iniciativas centralizadoras da metrópole e as práticas políticas desenvolvidas no espaço colonial. O pacto colonial instituiu mecanismos de exploração baseados em monopólios e privilégios concedidos pela Coroa, consolidando uma administração pública que reproduzia padrões patrimonialistas da experiência portuguesa e contribuía para a persistência de desigualdades sociais na formação histórica do Brasil (Faoro, 2001).

No estudo dedicado ao Segundo Reinado, desenvolvido a partir de uma leitura da obra de Machado de Assis, Faoro analisa as tensões entre classes emergentes e estamentos tradicionais em um contexto de transição social e política. A chamada “boa sociedade”, formada por barões, conselheiros e capitalistas, expressa uma hierarquia na qual a riqueza pode favorecer a ascensão social, mas não garante plena aceitação pelas elites tradicionais. Nesse cenário, o imperador aparece como figura central do poder político, embora a estrutura institucional permaneça marcada por interesses de elite e por práticas de manipulação discursiva que reforçam as hierarquias sociais (Faoro, 1976).

A análise das estruturas sociais do século XIX evidencia divisões entre classes proprietárias e trabalhadores, bem como o papel das heranças, dos casamentos e das alianças entre comércio e política na consolidação do poder econômico. A obra de Machado de Assis revela as contradições desse sistema, indicando que a mobilidade social permanecia limitada e dependente do reconhecimento das elites dominantes. A modernização brasileira surge, assim, como processo ambíguo, no qual as elites atuam simultaneamente como agentes de mudança e guardiãs das hierarquias tradicionais (Faoro, 1976).

O conceito de patrimonialismo, originalmente formulado por Max Weber, foi mobilizado por intérpretes da sociedade brasileira como Raymundo Faoro e Florestan Fernandes. Em linhas gerais, refere-se à apropriação do Estado por interesses particulares, associada à atuação de um estamento burocrático que controla o aparato estatal. Embora ambos reconheçam a coexistência entre patrimonialismo e capitalismo no Brasil, suas interpretações divergem quanto à continuidade histórica dessas estruturas. Faoro enfatiza a permanência do estamento burocrático, enquanto Fernandes destaca rupturas históricas que, ainda que incompletas, alteraram parcialmente as bases do sistema político e social brasileiro (Abrita; Silva, 2018).

O estamento burocrático pode ser compreendido como estrutura de poder que persiste mesmo em contextos capitalistas, marcada pela centralização da autoridade no soberano e nas instituições administrativas. Nessa configuração, a burocracia atua não apenas como instrumento técnico de gestão, mas como grupo social dotado de interesses próprios, capaz de assegurar a continuidade de determinados arranjos políticos e econômicos. Patrimonialismo e estamento constituem, assim, elementos profundamente enraizados nas instituições brasileiras e fundamentais para compreender a formação histórica do sistema político nacional (Tavares; Fonseca, 2009).

Faoro também destaca semelhanças entre o pensamento político português e o brasileiro, marcadas por tensões entre tendências renovadoras associadas ao renascimento e o tradicionalismo reforçado pela contrarreforma. Embora o poder político permanecesse concentrado na coroa, surgiram formas limitadas de autonomia política no contexto colonial, especialmente entre bandeirantes e em episódios de resistência a invasões estrangeiras. A chamada Revolução Pombalina buscou aproximar Portugal e suas colônias de ideais iluministas por meio de reformas administrativas e educacionais, mas seus efeitos foram limitados pelo conservadorismo político e pela permanência da estrutura colonial (Faoro, 1994).

Faoro introduziu de forma sistemática a categoria weberiana de patrimonialismo na interpretação da formação política brasileira, defendendo que o Estado teria se constituído historicamente acima da sociedade desde o século XIV. O absolutismo precoce em Portugal teria favorecido a formação de uma administração patrimonial capaz de organizar e dominar a sociedade. Nesse contexto, a colonização do Brasil foi conduzida como empreendimento centralizado do Estado português, diferentemente do modelo inglês, no qual a sociedade civil desempenhou papel mais ativo. Essa diferença histórica teria reforçado a centralização administrativa e limitado o desenvolvimento de um capitalismo autônomo no Brasil (Ricupero; Ferreira, 2005).

Desse processo derivaria um antagonismo persistente entre Estado e Nação. O primeiro seria representado pelo estamento burocrático que controla o aparato estatal, enquanto a segunda corresponderia à sociedade civil, frequentemente subordinada às decisões de uma elite administrativa. A análise sustenta ainda postura cética quanto à capacidade de reformas institucionais resolverem os problemas estruturais do país, considerando o estamento burocrático obstáculo relevante ao progresso político e econômico (Ricupero; Ferreira, 2005).

A interpretação formulada por Faoro também foi objeto de críticas posteriores, sobretudo por atribuir continuidade excessiva ao estamento burocrático ao longo da história brasileira. Alguns autores argumentam que essa perspectiva pode conduzir a leituras históricas forçadas ao buscar uma identidade institucional relativamente estável para o país. Ainda assim, sua abordagem exerceu forte influência nos estudos sobre as relações entre Estado, sociedade e economia no Brasil, especialmente no debate sobre formas de capitalismo politicamente orientado (Abreu, 2006).

Conceitos como o de estamento burocrático continuaram a ser mobilizados analiticamente, por vezes associados à noção de “nova classe” burocrática formulada por Milovan Djilas e posteriormente utilizada em análises da burocracia estatal por autores como Francisco de Oliveira. A obra de Machado de Assis também foi empregada por Faoro como recurso interpretativo para refletir sobre a transição do patrimonialismo estamental para uma sociedade de classes durante o Segundo Reinado (Abreu, 2006).

A análise das estruturas de poder brasileiras parte de uma leitura histórica fundamentada no conceito de patrimonialismo derivado da sociologia weberiana. Nesse modelo, o Estado português governava o reino como extensão da casa do rei, sem distinção clara entre patrimônio público e privado. Esse padrão foi

transplantado para o Brasil colonial, sustentando o predomínio de elites vinculadas a interesses patrimonialistas e reforçando práticas de apropriação privada do aparato estatal (Cunha, 2015). No contexto brasileiro, essa herança consolidou-se no chamado estamento político, grupo responsável pelo exercício do poder e pela preservação de privilégios. Tal configuração institucional tende a resistir a processos de modernização capazes de alterar a estrutura de poder estabelecida. O Estado permaneceu frequentemente orientado à proteção de interesses de elites, o que contribuiu para retardar a industrialização e limitar a consolidação de uma democracia plena (Cunha, 2015).

Evidencia ainda a persistência da confusão entre as esferas pública e privada, indicando que a burocracia estatal brasileira constitui legado dessas raízes históricas. Esse modelo político baseado em privilégios aparece como um dos fatores explicativos da corrupção e da desigualdade no Brasil contemporâneo, reforçando a relevância da interpretação de Faoro para os estudos sobre o desenvolvimento político e econômico do país (Cunha, 2015).

O conceito de patrimonialismo mobilizado por Faoro descreve a fusão entre as esferas pública e privada como elemento estruturante da formação política luso-brasileira. Nesse modelo institucional, o Estado tende a ser orientado à defesa de interesses particulares, favorecendo práticas como nepotismo, clientelismo e apropriação privada de recursos públicos. O estamento burocrático configura-se como grupo responsável pelo controle do aparato estatal e pela administração dos recursos públicos em benefício próprio, frequentemente articulado às elites econômicas e políticas (Barroso, 2022).

A noção de oficialismo expressa a centralização do poder no Estado, bem como sua função reguladora da economia e o vínculo paternalista estabelecido com o eleitorado. Esses elementos contribuíram para a formação de relações de dependência política e econômica. A concentração fundiária e a herança da escravidão aparecem, nesse contexto, como entraves à modernização social e econômica do país, enquanto a centralização estatal e as restrições à liberdade econômica teriam limitado o avanço industrial e reforçado padrões históricos de desigualdade (Barroso, 2022).

No plano político contemporâneo, a interpretação crítica da transição do regime militar para a Nova República enfatiza a permanência de estruturas autoritárias e oligárquicas em um contexto de aparente democratização. A abertura política foi caracterizada como processo “lento, gradual e controlado”, associado à estratégia do governo Ernesto Geisel de promover mudanças institucionais sem rupturas profundas. Essa dinâmica privilegiou a conciliação entre elites políticas e econômicas e a cooptação de forças sociais, limitando transformações estruturais e mantendo padrões históricos de desigualdade (Faoro, 2001).

A Assembleia Constituinte de 1988 é reconhecida como marco institucional da redemocratização, embora sua configuração também tenha refletido interesses das elites políticas estabelecidas. A organização do Congresso Constituinte teria sido orientada, em grande medida, à preservação de privilégios e à continuidade de estruturas herdadas do regime autoritário. Ainda que se reconheça a importância

histórica da Constituição, a análise aponta limites no aprofundamento da democratização e na superação das desigualdades sociais estruturais presentes na sociedade brasileira (Faoro, 2001).

A interpretação desenvolvida evidencia a centralidade das estruturas patrimoniais na formação política brasileira e sua permanência ao longo de diferentes períodos históricos. A análise ressalta como a concentração de poder no aparato estatal e a apropriação privada de funções públicas contribuíram para limitar processos de democratização e desenvolvimento institucional. Assim, a compreensão dessas continuidades históricas permite interpretar os desafios persistentes da organização política e social do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da formação econômica, social e política do Brasil exige considerar processos históricos complexos, nos quais economia, instituições políticas e estruturas sociais se articulam de maneira dinâmica e frequentemente contraditória. As diferentes interpretações examinadas permitem compreender que o desenvolvimento brasileiro não ocorreu de forma linear, sendo marcado por condicionantes estruturais associados à dependência externa, à concentração de poder econômico e às limitações institucionais que acompanharam a trajetória histórica do país.

Nesse sentido, o subdesenvolvimento pode ser interpretado como resultado de processos históricos específicos que moldaram a organização produtiva, as relações sociais e a própria configuração do Estado. A inserção periférica na economia internacional, a persistência de desigualdades regionais, a heterogeneidade estrutural da economia e a presença de instituições políticas marcadas por práticas patrimonialistas constituem elementos fundamentais para compreender os limites e as contradições do desenvolvimento nacional. Esses fatores contribuíram para a formação de uma estrutura social e econômica caracterizada pela coexistência de setores modernos e segmentos produtivos de baixa produtividade, bem como por fortes disparidades sociais e territoriais.

Os desafios do desenvolvimento brasileiro não se restringem ao crescimento econômico, mas envolvem também transformações estruturais capazes de reduzir desigualdades, ampliar a integração do mercado interno e fortalecer instituições públicas voltadas à promoção do bem-estar social. A persistência de assimetrias econômicas, sociais e institucionais indica que os impasses históricos do desenvolvimento continuam a influenciar o cenário contemporâneo.

Dessa forma, o exame dessas diferentes perspectivas interpretativas contribui para aprofundar a compreensão das raízes históricas das desigualdades brasileiras e denota a importância de análises que articulem economia, política e sociedade na interpretação dos desafios do desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Raimundo Faoro: quando o mais é menos**. Perspectivas, São Paulo, v. 26, p. 169-189, jan./jun. 2006.
- ABRITA, Mateus Boldrine; SILVA, Walter Guedes da. **Patrimonialismo e estamento burocrático no Brasil contemporâneo: debate baseado em Florestan Fernandes e Raymundo Faoro**. GeoTextos, v. 14, n. 1, p. 203-223, jul. 2018.
- BARROSO, Luís Roberto. Os donos do poder: a perturbadora atualidade de Raymundo Faoro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 18-33, 2022.
- BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. **Raymundo Faoro e as linhagens do pensamento político brasileiro**. Lua Nova, São Paulo, n. 103, p. 69-101, 2018.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: censura, repressão e resistência. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre**, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Raymundo Faoro: historiador**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 330-337, 2003.
- CONTE, Daniela. **Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil moderno (1958-1964): análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro. 2010**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- CUNHA, Álvaro Saluan da. O pensamento político brasileiro e seus reflexos: um breve estudo bibliográfico. **CSONline, Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 20, p. 1-121, jul./dez. 2015.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/ago. 2009.
- DUCATTI, Ivan. Nelson Werneck Sodré, historiador. Fênix, **Revista de História e Estudos Culturais**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 1-17, jan./fev./mar. 2007.
- FAORO, Raymundo. **A democracia traída: entrevistas**. São Paulo: Globo, 2008.
- FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro? Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, p. 7-18, 1994.
- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. Rio de Janeiro: Globo, 1976.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Quando a virtude é o problema: a atualidade de Celso Furtado. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 59, edição especial, p. 65-88, maio 2021/jun. 2021.

- FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-38, 1950.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Fundo Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. **Entre inconformismo e reformismo**. Estudos Avançados, v. 4, n. 8, p. 166-187, 1989.
- FURTADO, Celso. Essencial Celso Furtado. **Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar**. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2013.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 7-26, 1952.
- FURTADO, Celso. **Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional**. Estudos Avançados, v. 6, n. 16, p. 54-94, 1992.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 483-486, 2004.
- FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e Sociedade, Campinas, n. 5, p. 5-19, dez. 1995.
- FURTADO, Celso. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: BNDE/CEPAL, 1957.
- LINS, Luiza Cristina de Oliveira; MARIN, Solange Regina. **Desenvolvimento político, econômico e social: o projeto de Celso Furtado para a nação brasileira**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 11, n. 18, p. 79-109, jan./jun. 2016.
- MANZATTO, Rômulo. **Celso Furtado, 100 anos: uma economia dependente (1956)**. Pesquisa na FEA, Economia & História, São Paulo, jul. 2020.
- OLIVEIRA, Eder Renato de. Nelson Werneck Sodré: um historiador militar no ISEB e a gênese da teoria da revolução brasileira. **Revista Princípios**, n. 162, jul./out. 2021.
- POFFO, Rafael; HARTMANN, Dominik; MARIN, Solange Regina. **O pensamento de Celso Furtado sobre desenvolvimento econômico e a Abordagem da Complexidade**. Nova Economia, v. 33, n. 1, p. 7-36, 2023.
- RICUPERO, Bernardo; FERREIRA, Gabriela Nunes. **Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil**. Perspectivas, São Paulo, v. 28, p. 37-55, jul./dez. 2005.

RODRIGUES, Alexandre Manuel Esteves. **História e literatura em Nelson Werneck Sodré.** Intell ctus, ano IX, n. 2, 2010.

SAES, Alexandre Macchione. **Celso Furtado, 100 anos: Perspectivas da economia brasileira (1958).** Cadernos do Desenvolvimento, v. 1, n. 2, p. 181-234, 2006.

SHISHITO, Fabio Akira. Que somos: cultura e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. In: **XI Jornadas de Sociologia. Facultad de Ciencias Sociales,** Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

SILVEIRA, Jorge Luis Rocha da. Celso Furtado: homem, obra e caminho. **Revista NUPEM,** Campo Mourão, v. 16, n. 37, p. 1-16, jan./abr. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Forma o histórica do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdu o   Revolu o Brasileira.** 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

SZMRECSÁNYI, Tam s. Celso Furtado e o início da industrializa o no Brasil. **Revista de Economia Política,** São Paulo, v. 22, n. 2, p. 195-206, abr./jun. 2002.

TAVARES, Maria da Concei o; ANDRADE, Manuel Correia de; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado.** São Paulo: Funda o Perseu Abramo, 1998.

TAVARES, Paulino Varela; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Estamento burocrático e intencionalidade: Raymundo Faoro, Florestan Fernandes. **Revista de Economia Política e História Econômica,** n. 16, p. 56-74, jan. 2009.

VIEIRA, Rosa Maria. **Forma o econômica do Brasil: a reconstru o histórica do subdesenvolvimento.** In: VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964). Santo André: Editora UFABC, 2019. p. 77-99.